PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAGÉ

2015

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
PORTARIA Nº 4.371, de 27 de novembro de 2014

TITULARES

Janise Collares – SMED
Emilinha da Luz – Conselho Municipal de Educação
Nubia Juliani – URCAMP
Fabiela Rocha – Capacitar
Nádia La-Bella – 13ª CRE
Fernando Junges – UNIPAMPA
Vera Lúcia Brião – Conselho Tutelar
Maria Kreutz – SINEPE
Luã Silva – UBES
Viviane Camozzato – UERGS
Divaldo Lara – Câmara de Vereadores

SUPLENTE

Lília Jurema Monteiro Masson – SMED
Marilza Barão Gallois – Conselho Municipal de Educação
Anderson Feijó – CAPACITAR
Diva Albano – 13º CRE
Alice Maria Alves – UNIPAMPA
Cleide Cimirro – Conselho Tutelar
Kelen Gervásio – SINEPE
Jaqueline de Mattia – UERGS
Sônia Leite – Câmara de Vereadores

COMISSÃO TÉCNICA

Adriana Treichel Cesar

Albéres Ferreira Siqueira

Alexsandra Paz Trindade

Daiane Volz Barbosa

Débora Barros de Moraes

Eduardo Ruiz Alves

Maria Elizabeth Fernandez Nobre

Hélen Roratto Garcia

Jurema Liliane Nunes Domenech

Karla Torrescasana Leal

Lenise Maraschin Nunes

Márcia Loguércio Paiva

Roselaine Moraes de Moraes de Barcellos

APRESENTAÇÃO

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, define as bases da política educacional brasileira para os próximos dez anos. A elaboração e reorganização de Planos Municipais e Estaduais fazem parte de uma das exigências do Plano Nacional de Educação e deverão ser estabelecidas estratégias que vão ao encontro das metas projetadas e que também contemplem as necessidades locais.

Em Bagé, a Lei Municipal nº 4.695, de 31 de dezembro de 2008, instituiu o Plano Municipal de Educação, dando-nos a tarefa de reorganizá-lo à luz das novas diretrizes nacionais e de um novo diagnóstico local, o que iniciamos em outubro de 2014, reunindo membros da Secretaria Municipal de Educação, representantes do Conselho Municipal de Educação, da sociedade civil e das entidades ligadas ao tema da educação, para orientar a constituição da Comissão Coordenadora, a distribuição das metas nacionais em eixos temáticos e a definição de um cronograma das ações necessárias à elaboração deste novo Plano Municipal de Educação de Bagé até sua etapa final, a apreciação e aprovação legislativa.

A Comissão Coordenadora eleita foi nomeada pelo Prefeito Municipal através da Portaria nº 4.371, de 27 de novembro de 2014, fazendo parte representantes das seguintes instituições: URCAMP, CAPACITAR, 13ª Coordenadoria Regional de Educação, Conselho Tutelar, UNIPAMPA, SINEPE, UBES, UERGS, Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação.

Para a construção do Plano Municipal as metas traçadas no Plano Nacional de Educação foram divididas em eixos temáticos conforme o quadro abaixo:

Eixo	Temática	Metas	Responsáveis
-------------	-----------------	--------------	---------------------

Eixo 1	Estruturante para garantia da educação básica de qualidade	Meta 01 – Educação Infantil	Câmara de Vereadores
		Meta 02 – Ensino Fundamental	Escolas Privadas
		Meta 05 – Alfabetização	SMED
		Meta 07 – IDEB	
Eixo 2	Estruturante para garantia da educação básica de qualidade	Meta 03 – Ensino Médio	13ª CRE UBES CAPACITAR
		Meta 11 – Educação Profissional/Nível Médio	13ª CRE
		Meta 06 – Educação Integral	Conselho Municipal de Educação
Eixo 3	Estruturante para garantia da educação básica de qualidade	Meta 09 – EJA Analfabetismo	SMED
		Meta 10 – EJA – Integrada com Educação Profissional	
		Meta 04 – Educação Especial	CAPACITAR
		Meta 08 – EJA Desigualdade	Conselho Tutelar SMED
Eixo 5	Valorização dos profissionais de educação	Meta 15 – Política Nacional de Formação de Professores de Graduação	UERGS URCAMP
		Meta 16 – Formação de professores de graduação	
		Meta 17 – Valorização profissional - equiparação	
		Meta 18 – Planos de Carreira	
Eixo 6	Ensino Superior	Meta 12 – Ensino Superior - acesso	UNIPAMPA
		Meta 13 – Educação Superior - ampliação de mestres e doutores no corpo docente	URCAMP UERGS
		Meta 14 - Formação de mestres/doutores	
Eixo 7	Gestão democrática e financiamento da educação	Meta 19 – Gestão democrática	SMED
		Meta 20 – PIB/Financiamento da educação	Conselho Municipal de Educação

O Município de Bagé oferta educação infantil, ensino fundamental regular anos iniciais e finais, ensino médio regular, ensino superior e as modalidades educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância.

A rede de educação básica em Bagé está distribuída em: 23 (vinte e três) escolas estaduais, 01 (uma) escola federal, 61 (sessenta e uma) escolas municipais e 24 (vinte e quatro) escolas privadas (SEDUC, 2015). Enquanto o ensino superior é oferecido em 01 (uma) universidade estadual, 01 (uma) universidade federal, 01 (uma) universidade privada e 01 (uma) faculdade privada.

O número de alunos matriculados na educação básica no Município, de acordo com o Censo Escolar 2014, apresenta-se da seguinte forma:

- Rede Estadual - 124 alunos na pré-escola; 1.965 alunos nos anos iniciais do ensino fundamental; 2.300 alunos nos anos finais do ensino fundamental; 3.869 no ensino médio; 181 na modalidade profissional nível técnico; 712 na modalidade EJA fundamental; 839 na modalidade EJA ensino médio; na modalidade educação especial: 93 alunos nos anos iniciais, 52 alunos nos anos finais, 42 alunos no ensino médio, 15 alunos na EJA fundamental e 10 alunos na EJA médio; totalizando 10.202 alunos.
- Rede Federal - ensino médio: 350 alunos; educação profissional nível técnico: 142 alunos; educação especial: 02 alunos (nível médio) e 01 aluno (educação profissional nível técnico); totalizando 495 alunos.
- Rede Municipal - creche: 1.538 alunos; pré-escola: 1.704 alunos; ensino fundamental anos iniciais: 4.808 alunos; ensino fundamental anos finais: 3.448. Na modalidade nível técnico: 334 alunos; EJA ensino fundamental: 624 alunos; educação especial: 07 alunos (creche), 26 alunos (pré-escola), 367 (anos iniciais), 179 alunos (anos finais), 01 aluno (educação profissional nível técnico) e 50 alunos (EJA ensino fundamental); totalizando 13.086 alunos.
- Rede Privada - creche: 565 alunos; pré-escola: 606 alunos; ensino fundamental anos iniciais: 1.630 alunos; ensino fundamental anos finais: 1.018 alunos; ensino médio: 611 alunos; educação profissional nível técnico: 833 alunos; EJA semi-presencial nível médio: 70 alunos; educação especial: 02 alunos (creche), 05 alunos (pré-escola),

50 alunos (anos iniciais), 02 (anos finais) e 02 (educação profissional nível técnico); totalizando 5.394 alunos.

De acordo com o Censo Escolar 2013, a infraestrutura das escolas de educação básica das redes pública e privada (urbana e rural) conta com as seguintes dependências:

Dependências	%
Biblioteca	65%
Cozinha	95%
Laboratório de informática	69%
Laboratório de ciências	22%
Quadra de esportes	29%
Sala para leitura	13%
Sala para diretoria	91%
Sala para os professores	59%
Sala para atendimento especial	49%
Sanitário dentro do prédio da escola	99%
Sanitário fora do prédio da escola	19%

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013

Conforme os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a rede pública de ensino do Município de Bagé tem atingido as metas previstas para os anos iniciais do ensino fundamental. Quanto à meta prevista para os anos finais do ensino fundamental, esta somente foi atingida pela rede pública de ensino estadual nos anos de 2007 e 2009 e na rede de ensino municipal em 2007. Sobre o ensino médio e a rede privada não se encontram dados disponíveis (INEP, 2015).

Série histórica IDEB na rede de ensino pública de Bagé

Rede Municipal		2007	2009	2011	2013
Anos Iniciais 4ªsérie/5º ano	Meta	3.6	4.0	4.4	4.7
	IDEB	4.1	3.8	4.8	5.0
Anos Finais 8ªsérie/9º ano	Meta	3.6	3.7	4.0	4.4
	IDEB	3.7	3.5	3.5	3.3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Rede Estadual		2007	2009	2011	2013
Anos Iniciais 4ªsérie/5º ano	Meta	4.2	4.5	4.9	5.2
	IDEB	4.5	4.7	5.1	5.4
Anos Finais 8ªsérie/9º ano	Meta	3.7	3.8	4.1	4.5
	IDEB	3.7	3.9	3.9	4.0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Município		2007	2009	2011	2013
Anos Iniciais 4ªsérie/5º ano	Meta	3.6	3.9	4.3	4.6
	IDEB	4.1	4.2	4.8	5.0
Anos Finais 8ªsérie/9º ano	Meta	3.4	3.6	3.8	4.2
	IDEB	3.5	3.4	3.5	3.3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

A proporção de alunos com atraso escolar, de dois anos ou mais, para todo o ensino básico, de 2006 até 2013 (MEC/INEP, 2013), na rede pública e particular, urbana e rural, é de:

Distorção idade/série nas escolas das redes de ensino de Bagé

Ensino fundamental				Ensino médio	
ano	%	ano	%	ano	%
1º ano	1%	6º ano	36%	1º ano	39%
2º ano	2%	7º ano	41%	2º ano	34%
3º ano	15%	8º ano	31%	3º ano	30%
4º ano	20%	9º ano	31%		
5º ano	25%				

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

No município de Bagé são executadas as ações do Ministério da Educação como compromisso com o esforço contínuo e conjunto para o alcance das metas do PNE e da eliminação das desigualdades históricas no país: Acordo de Gratuidade com Sistema S; Brasil Alfabetizado; Brasil Profissionalizado; Caminho da Escola; Censo da Educação Básica; Censo da Educação Superior; Creches e Pré-escolas; Educação Digital; Ensino Médio Inovador; Escola Aberta; Escola Acessível; FIES (Financiamento do Ensino Superior); INCLUIR (Acessibilidade na Educação Superior); Mais Educação; Mobiliário Escolar; PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola); PDE-Escola (Plano de Desenvolvimento da Escola); PET (Programa de Educação Tutorial); PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência); PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil); PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar); PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola); PNLD (Programa Nacional do Livro Didático); Portal de Periódicos; Pós-graduação; PROEXT (Programa de Extensão Universitária); PROUCA (Programa Um Computador por Aluno); Quadras Escolares; Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Rede Federal de Educação Superior; SAEB-Prova Brasil; e Salas de Recursos Multifuncionais.

A partir desses dados levantados foram traçadas as estratégias que farão parte do Plano Municipal de Educação de Bagé de acordo com as metas estipuladas no Plano Nacional de Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara de Vereadores de Bagé. **Lei Municipal nº 4.695, de 31 de dezembro de 2008.** Institui o Plano Municipal de Educação de Bagé, em conformidade com o art. 2º da Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: < <http://ceaam.net/bage/legislacao/> > Acesso em: 03 março 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação. PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 03 março 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB.** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Resultados e Metas. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>> Acesso em: 03 março 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados finais do censo Escolar 2014.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>> Acesso em: 05 março 2015.

MEC. Ministério da Educação. **Ações do MEC no município de Bagé.** Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoindicador/detalhes/municipio>> Acesso em: 09 março 2015.

MEC. Ministério da Educação. Censo escolar/INEP 2013. **Distorção idade-série nas escolas de Bagé em 2013.** Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/812-bage/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=initial_years&year=2013> Acesso em: 09 março 2015.

MEC. Ministério da Educação. Censo escolar/INEP 2013. **Infraestrutura:** Escolas Públicas e Privadas de Bagé. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/812-bage/censo-escolar?year=2013&dependence=0&localization=0&item=>>> Acesso em: 09 março 2015.

SEDUC. Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. **Censo escolar 2014 dados finais: estabelecimento de ensino por município, RS.** Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>> Acesso em: 09 março 2015.

Nota:

O trabalho de revisão teve a preocupação de intervir o mínimo possível no texto deste documento-base, de forma que não houvesse alteração de sentido nas metas e estratégias construídas coletivamente nos grupos temáticos.

As alterações ficaram limitadas às questões mais formais – pontuação, acentuação, concordância. A avaliação da necessidade de supressão, acréscimo ou substituição de palavras e expressões que pudessem resultar em dúvida para compreensão foi feita nas Discussões Temáticas e na Plenária Final da Conferência do Plano Municipal de Educação, realizada em 23 de abril de 2015, no auditório do Campus Bagé da Unipampa.

METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.1) VETADA

1.2) garantir, no prazo de até três anos, o aumento da oferta de educação infantil em 31% (trinta e um por cento) para atender a crianças na faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos, totalizando a meta prevista no PNE de 50% (cinquenta por cento) de crianças atendidas;

1.3) ampliar a oferta de educação infantil, até o final da vigência deste Plano, de forma a atender a 70% (setenta por cento) da demanda da população de 0 (zero) a 3 (três) anos;

1.4) atender a 100% (cem por cento) da demanda da população de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, a partir de 2016;

1.5) assegurar que, no prazo de até três anos, todas as instituições que ofertam educação infantil contemplem os padrões mínimos de infraestrutura previstos na legislação vigente, garantindo o atendimento adequado às características das diferentes faixas etárias e necessidades do processo educativo;

1.6) conceder, a partir da vigência deste Plano, o alvará de localização e funcionamento das instituições particulares de educação infantil que integram o Sistema Municipal de Ensino somente após aprovação de funcionamento emitida pelo Conselho Municipal de Educação;

1.7) continuar oferecendo programas de formação dos profissionais de educação infantil, podendo estabelecer parcerias com a União, Estado, universidades e organizações não-governamentais para que se atinjam as seguintes metas:

- a. alcançar a meta de 100% (cem por cento) do número de professores com formação superior no prazo de cinco anos;
- b. ampliar, no prazo de cinco anos, em 50% (cinquenta por cento) o número de professores com pós-graduação;
- c. estimular a continuidade dos estudos dos profissionais que já atuam com crianças de 0 (zero) a 2 (dois) anos, de forma que todos possuam, no mínimo, formação em nível médio;

1.8) admitir, a partir da vigência deste Plano, somente atendentes para atuar na educação infantil com formação mínima em nível médio, ressalvados os casos de concursos feitos anteriormente a este PME;

1.9) VETADA

1.10) assegurar, conforme a necessidade da comunidade, que as crianças da educação infantil tenham atendimento em tempo integral, com prioridade às crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade;

1.11) possibilitar ao CME, em articulação com as esferas municipais, estaduais, federal e instituições não-governamentais, uma equipe técnica constituída de profissionais ligados às áreas de saúde, educação e assistência social, com o objetivo de supervisionar e assessorar as instituições de educação infantil de forma a garantir a oferta e a qualidade prevista nos padrões mínimos estabelecidos em lei;

1.12) garantir que nenhuma turma de educação infantil funcione sem a presença de professor devidamente habilitado na forma prevista pela legislação vigente;

1.13) articular com as universidades locais cursos de formação continuada para profissionais de educação de modo a discutir propostas pedagógicas que incorporem os avanços de

pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem;

1.14) VETADA

1.15) implementar momentos de trocas de experiências entre as redes municipal, estadual e privada, visando a busca da melhoria do fazer pedagógico, garantindo uma educação de mais qualidade;

1.16) VETADA

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.1) monitorar a oferta do ensino fundamental de modo a garantir o atendimento a 100% (cem por cento) das crianças de 6 (seis) a 14 (catorze) anos, considerando-se a cooperação das redes municipal, estadual e privada, instaladas no Município, para esse atendimento;

2.2) VETADA

2.3) garantir a organização e atualização de currículos, em âmbito municipal, envolvendo as redes pública e privada, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagens e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.4) criar mecanismos para o acompanhamento e avaliação periódica individualizada dos(as) alunos(as) do ensino fundamental, visando à garantia da qualidade e enfatizando o sucesso no processo de ensino e de aprendizagem;

2.5) desenvolver propostas envolvendo ética, cidadania, meio ambiente, superação da violência, idoso, educação financeira, entre outros, como práticas educativas integradas, contínuas e permanentes no currículo escolar;

2.6) dotar as escolas das redes do Município, no máximo em cinco anos, de infraestrutura material, didático-pedagógica e tecnológica, garantindo formação e capacitação dos profissionais em educação, a fim de que possam empregar tal estrutura em prol de um ensino de boa qualidade em todos os níveis, adequando e renovando as práticas pedagógicas em sala de aula, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;

2.7) estabelecer parcerias entre as escolas de educação básica, as universidades do Município e outras instituições afins, para suprir as necessidades de qualificação permanente dos trabalhadores da educação básica;

2.8) VETADA

2.9) oferecer aos alunos recursos físicos e materiais adequados (acessibilidade), recursos humanos (profissionais de apoio, nos casos assegurados pela nota técnica do Ministério da Educação ou legislação vigente) e aos professores formação continuada, para garantir a política de inclusão de crianças e jovens com deficiência;

2.10) regularizar o fluxo escolar, reduzindo as taxas de evasão e repetência, por meio de programas de aceleração e de recuperação paralela ao longo do ensino fundamental, garantindo efetiva aprendizagem, com apoio didático de equipe multidisciplinar na correção da distorção idade/série, proporcionando apoio pedagógico e progressão parcial com estudos prolongados, preferencialmente na própria escola, em turno inverso, sendo contemplados 50% (cinquenta por cento) dos alunos no prazo de três anos, 70% (setenta por cento) em cinco anos e em sete anos, a totalidade de alunos;

2.11) prover a rede de ensino, através do Poder Público, com atendimento em tempo integral e

de forma gradativa, aos alunos do ensino fundamental que se encontram em situação de vulnerabilidade educacional e/ou social, detectadas através de pesquisas, desempenhando, para tanto, ações/atividades educativas complementares a serem realizadas em ambiente escolar ou ambientes alternativos;

2.12) VETADA

2.13) garantir, com colaboração da União, Estado e Município, o provimento da alimentação escolar com equilíbrio necessário, assegurando os níveis calórico-proteicos, por faixa etária, garantindo a todos os alunos do ensino fundamental no mínimo duas refeições em cada período de aula;

2.14) estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades;

2.15) continuar a oferecer o transporte escolar, de boa qualidade, de modo a garantir aos alunos residentes em áreas rurais o acesso e a permanência no ensino fundamental, na idade própria;

2.16) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.17) oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos(às) estudantes e de estímulo a diferentes habilidades, como certames, concursos nacionais e atividades esportivas nas escolas;

2.18) VETADA

2.19) ampliar a gestão democrática através da atuação de órgãos colegiados (Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres e Grêmios Estudantis) com participação ativa na avaliação

interna e externa da qualidade de cada escola;

2.20) VETADA

2.21) realizar, a cada dois anos, em âmbito de Município, levantamento completo de dados educacionais do ensino fundamental, disponibilizando os resultados a todas as instituições de ensino, considerando dados como: percentuais de aprovação, reprovação, evasão escolar, distorção idade/série e resultados de avaliações externas, buscando apurar suas causas e apontando as possíveis soluções para uma educação com melhor qualidade.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1) propor que até o final de 2015 todas as escolas de ensino fundamental realizem pesquisa com alunos concluintes do ensino fundamental, a fim de detectar o destino escolar desses alunos e levantar as possíveis causas da não continuidade nos estudos, a partir dos resultados obtidos elaborar uma proposta de trabalho, em parceria com as escolas de ensino médio, com o objetivo de suprir as necessidades apontadas pelos alunos na pesquisa;

3.2) propor à rede estadual de ensino, em regime de parceria com as demais redes e instituições de ensino, a expansão e descentralização da oferta de ensino médio, nos turnos diurno e noturno, com base nos resultados da pesquisa referida na estratégia 3.1, contemplando alunos da zona rural e urbana do Município;

3.3) melhorar, no mínimo em 3% (três por cento) ao ano, o aproveitamento dos alunos do ensino médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB), pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pelo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul

(SAERS);

3.4) reduzir, em pelo menos 5% (cinco por cento) ao ano, a repetência e a evasão, de forma a qualificar o ensino médio na conclusão deste nível;

3.5) garantir, no prazo de até dois anos da aprovação deste, a adaptação dos prédios escolares para o atendimento dos alunos com deficiência, conforme legislação vigente;

3.6) buscar a ampliação e atualização do acervo bibliográfico e a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação para a qualificação dos projetos de leitura nas escolas de ensino médio;

3.7) fortalecer os Conselhos Escolares, buscando a permanente qualificação dos seus membros para sua efetiva participação nas unidades escolares;

3.8) garantir alternativas para adequação dos horários escolares, a fim de atender às necessidades do aluno trabalhador, conforme legislação vigente;

3.9) fomentar as discussões que visem a adequar os currículos escolares à realidade do aluno trabalhador;

3.10) apoiar e fomentar as organizações estudantis como espaço de participação e exercício de cidadania;

3.11) garantir o cumprimento, no que diz respeito ao ensino médio, das metas estabelecidas nos capítulos referentes à formação de professores, ensino a distância, educação profissional e ensino profissionalizante;

3.12) garantir transporte público compatível com o horário escolar noturno;

3.13) buscar subsídios a fim de garantir a gratuidade do transporte público aos alunos da

educação básica;

3.14) incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.15) buscar parcerias para garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.16) VETADA

3.17) fomentar a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional na Rede Pública, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.18) estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários(as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.19) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17(dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.20) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para

atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.21) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceitos ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;

3.22) ampliar a oferta gratuita de cursos nas áreas tecnológica e científica, estimulando a participação dos adolescentes.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1) garantir e ampliar a oferta de educação de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e do serviço de estimulação essencial oferecidos nos centros especializados, consolidando as parcerias entre as áreas de saúde, educação e assistência social;

4.2) assegurar a parceria entre os órgãos de saúde e os centros especializados, na identificação e encaminhamento das crianças nascidas de risco, visando garantir o pleno processo de aprendizagem e desenvolvimento global dessas crianças;

4.3) implantar uma comissão composta por representantes das áreas da educação nos diferentes níveis, saúde, assistência social, Conselho Tutelar, centros especializados e Ministério Público, visando garantir as articulações necessárias para o funcionamento do Plano;

4.4) garantir o preenchimento correto do censo escolar nas escolas, a fim de assegurar o

repasse das verbas do FUNDEB destinadas aos alunos do atendimento educacional especializado;

4.5) garantir a implantação de salas de recursos multifuncionais e profissionais especializados para atuar nestes espaços, conforme a demanda, assegurando a formação continuada desses profissionais;

4.6) assegurar o desenvolvimento de pesquisas, assessoramento, grupos de estudos e de confecção de materiais acessíveis, articulados com escolas, instituições acadêmicas, profissionais de saúde, assistência social, informática e áreas afins, para o desenvolvimento de novas tecnologias acessíveis, materiais didáticos, metodologias, acessibilidade e equipamentos, promovendo o desenvolvimento de formulação de políticas públicas atendendo às especificidades dos alunos com deficiência, altas habilidades e transtornos globais;

4.7) adaptar os prédios escolares já existentes, assegurar acessibilidade às novas construções e disponibilizar mobiliários adaptados para os alunos com deficiência física e motora;

4.8) fomentar nas redes públicas e privada transporte escolar com adaptações necessárias aos alunos que apresentem severa dificuldade e/ou impossibilidade de locomoção, adequando a frota escolar de acordo com a matrícula do aluno;

4.9) garantir a oferta de meios e sistemas de comunicação e informação através de materiais didáticos, equipamentos e programas para alunos com deficiência visual e com surdez, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, a fim de assegurar o acesso e permanência destes alunos em todos os estabelecimentos de ensino público e privado. Afirmar a presença de intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, atendimento educacional especializado em LIBRAS, educação bilíngue e o uso do sistema Braille;

4.10) garantir no prazo de três anos programas de identificação e orientação de alunos que apresentam altas habilidades e superdotação, em parceria com a área da saúde, assim como projetos curriculares alternativos para suplementar a aprendizagem destes alunos, em parceria

com as áreas de cultura e esporte;

4.11) assegurar a presença de cuidadores para o público-alvo da educação especial, conforme critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, na unidade de ensino, em função de atender às necessidades específicas dos alunos;

4.12) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na EJA, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária da escolarização obrigatória, oferecendo a qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho;

4.13) assegurar a formação continuada de professores e gestores em todos os níveis e modalidades de ensino, sob responsabilidade de cada uma das esferas administrativas, que proporcione conhecimento a respeito do processo de construção do conhecimento dos alunos que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação;

4.14) garantir a oferta de formação continuada profissional para atuação nos espaços de atendimento educacional especializado, abrangendo os centros especializados, sob a responsabilidade da esfera municipal, estadual, federal e privada;

4.15) estabelecer os critérios de certificação e encaminhamento para alternativas educacionais dos alunos com deficiência mental e/ou múltipla, garantindo a terminalidade específica que possibilite a inclusão social e produtiva;

4.16) avaliar os critérios idade/série/ano no processo de inclusão dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino comum;

4.17) organizar, sempre que possível, adaptações necessárias nos processos de avaliação dos

indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimentos a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação;

4.18) estabelecer parcerias com instituições de educação média e superior para incentivar a inclusão de disciplinas específicas que contemplem o processo educacional dos alunos público-alvo da educação especial;

4.19) implantar todos os itens citados acima no prazo de três anos a partir da vigência do Plano.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3^o (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores(as) e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) instituir instrumentos de avaliação periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento a cada bimestre ou trimestre, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.3) buscar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) promover e estimular a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, produzindo materiais pedagógicos específicos, e desenvolvendo instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e as identidades culturais das comunidades quilombolas;

5.6) promover e estimular a alfabetização das pessoas com deficiência, produzindo materiais pedagógicos específicos e desenvolvendo instrumentos de acompanhamento que considerem as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, de acordo com as temporalidades individuais. Fica a cargo da instituição a nível municipal, estadual e privado a articulação com profissionais especializados;

5.7) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores(as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, buscando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores(as) para a alfabetização.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Estratégias:

6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos(as) alunos(as) na escola, ou

sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) buscar, em regime de colaboração e em programas nacionais, a ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como material didático e formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos(as) matriculados(as) nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6) orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos(as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7) atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.8) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17

(dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais Ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais Ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Estratégias:

7.1) estabelecer e implantar diretrizes pedagógicas para a educação básica, tendo como referência a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

7.2) assegurar que:

a. no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos(as) alunos(as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu

ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b. no último ano de vigência deste PME, todos os(as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) estimular avaliação institucional, com base em conjunto nacional de indicadores, perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, condições de infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos disponíveis, características da gestão e outras dimensões relevantes, consideradas as especificidades das modalidades de ensino;

7.3.1) cabe aos diretores das escolas garantir o uso adequado e transparente dos recursos financeiros, com a participação efetiva da comunidade escolar;

7.4) induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5) formalizar e executar o plano de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6) aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a implementar gradativamente todas as áreas do conhecimento nos exames aplicados nesses níveis, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações pelas escolas para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

7.7) desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, quando necessário, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.8) orientar as políticas das redes de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal ou nacional (tendo como referência a mais elevada), garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, a diferença entre as médias dos índices das escolas;

7.9) acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do IDEB;

7.10) incentivar a melhoria do desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

PISA	2015	2018	2021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	438	455	473

7.11) buscar, divulgar e incentivar o desenvolvimento de tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, estimulando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, garantida a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.12) garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da

frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.13) desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

7.14) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno(a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.15) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.16) ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao(à) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.17) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.18) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive,

mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.19) utilizar parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, estabelecidos pela União em parceria com os entes subnacionais, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.20) informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como oferecer formação para o pessoal técnico;

7.21) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.22) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.23) promover, nos currículos escolares, o ensino das artes, considerando as especificidades das áreas de artes cênicas, artes visuais, dança e música, assegurando a abertura de concursos públicos para docentes específicos dessas áreas;

7.23.1) em atenção à Lei nº 11.769/08, que prevê o ensino de música na educação básica, da educação infantil ao ensino médio, garantir o cargo de professor de música no espaço escolar através da abertura de concursos públicos ou contratação, no ensino privado, para licenciados em Música. Em atenção à mesma Lei, garantir investimentos em infraestrutura, instalações

necessárias e compra e manutenção de instrumentos musicais e materiais didáticos para o ensino da música;

7.24) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis n^{os} 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.25) consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

7.26) desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os(as) alunos(as) com deficiência;

7.27) VETADA

7.28) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura,

possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.29) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos(às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.30) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos(as) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.31) fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o Sistema Nacional de Avaliação, os Sistemas Estaduais de Avaliação da Educação Básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.32) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.33) contribuir na formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar a política de preservação da memória nacional;

7.34) promover a regulação da oferta de educação infantil pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.35) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, segmento com menor escolaridade, mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não-negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

Estratégias:

8.1) realizar, no prazo de um ano a partir da aprovação deste Plano, um censo municipal em parceria com outras Secretarias e outras redes de ensino, visando conhecer os números reais de pessoas de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos que estão fora da escola e que não concluíram ainda seus estudos, para que possa ampliar o número de vagas conforme os dados obtidos, devendo este levantamento ser renovado a cada três anos, a partir das informações obtidas com os estabelecimentos públicos e privados;

8.2) estabelecer parcerias com outras Secretarias e redes de ensino no sentido de dimensionar e ampliar o número de beneficiados pela EJA;

8.3) verificar a necessidade de novas vagas na modalidade EJA no ensino médio, de acordo com o censo municipal;

8.4) estabelecer parcerias entre redes de ensino (estadual e municipal), para que se assegure a ampliação da oferta de vagas do ensino médio, nos bairros, no prazo máximo de até três anos após a aprovação do PME, de acordo com o censo municipal;

8.5) assegurar, a partir da aprovação deste Plano, como política pública educacional da EJA, o trabalho em rede social, visando efetivar as ações culturais, sociais, de saúde, meio ambiente, desenvolvimento local, qualificação profissional, geração e distribuição de renda e economia de autogestão, através de parcerias com o setor público e privado;

8.6) buscar e oportunizar oferta de cursos básicos de formação profissional aos alunos da

EJA, em parceria com as redes estadual e particular, assim como com a iniciativa privada e sindicatos;

8.7) ampliar a oferta de vagas na EJA, priorizando a formação profissional e tecnológica para além da escola em horários e locais alternativos, de forma concomitante ao ensino ofertado;

8.8) aperfeiçoar o sistema de certificação de competências para prosseguimento de estudos, visando à criação de um Núcleo de EJA municipal, responsável pela certificação no prazo de um ano, composto por um representante de cada segmento;

8.9) garantir o acesso gratuitamente a exames de certificação da conclusão do ensino fundamental e médio;

8.10) buscar parcerias, na iniciativa privada, visando à oferta de estágios, emprego para os estudantes da EJA, proporcionando a sua integração no mundo do trabalho;

8.11) buscar recursos, junto ao MEC, para financiamento de projetos, programas e políticas públicas para modalidade EJA, para que se contemplem estudantes com rendimento escolar defasado;

8.12) assegurar, no prazo máximo de três anos após a aprovação deste PME, através das redes de ensino, formação acadêmica para professores que atuam na modalidade EJA e de forma continuada em regime de colaboração, para professores que atuam na modalidade EJA, incentivando a oferta de curso em nível de pós-graduação e/ou especialização na modalidade EJA;

8.13) estimular a avaliação de experiências na modalidade EJA através de fóruns, seminários, mostras, integrando as três redes de ensino;

8.14) garantir o acesso da população do campo ofertando transporte, a fim de assegurar a sua permanência na escola;

8.15) ampliar parcerias e fortalecer as já existentes, facilitando o acesso dos alunos em ambientes culturais (bibliotecas, sala de multimeios, laboratórios, etc);

8.16) garantir alimentação escolar de qualidade a todos os alunos da EJA, tanto na rede pública como na privada, a cargo de cada rede;

8.17) a partir da aprovação deste, garantir aquisição de livros e materiais didáticos específicos, respeitando a regionalidade para a modalidade EJA;

8.18) reestruturar e fortalecer as coordenações da modalidade EJA, dotando de recursos humanos e infraestrutura adequada para atender à demanda.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional:

Estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) verificar a demanda ativa por vaga, na Educação de Jovens e Adultos, com ensino fundamental e médio incompletos, entre redes, com a finalidade de incentivar e/ou assegurar a conclusão de seus estudos;

9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações

da sociedade civil;

9.5) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.6) executar ações de atendimento ao(à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.7) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se e ampliando formação específica dos professores e das professoras;

9.8) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses(as) alunos(as);

9.9) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.10) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os(as) alunos(as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.11) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão

dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégia:

10.1) aderir a programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) aderir a programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de

forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.8) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) garantir assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras;

10.11) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público:

Estratégias:

11.1) criar um Conselho Municipal de Educação Profissional e Tecnológica, em no máximo 12 (doze) meses após a aprovação deste PME, para constituir uma rede integrada para discutir a Educação Profissional no âmbito municipal e propor ações relacionadas a esta área. Este conselho será formado por representantes indicados pelas diferentes instituições ligadas à educação profissional;

11.2) promover e acompanhar, através do Conselho Municipal de Educação Profissional e Tecnológica, a permanente revisão e adequação às exigências de uma política de desenvolvimento nacional e regional, dos cursos básicos, técnicos e superiores da educação profissional, observadas as ofertas do mercado de trabalho, em colaboração com empresários e trabalhadores nas próprias escolas e em todos os níveis de governo;

11.3) mobilizar, articular e aumentar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional, ofertando cursos básicos destinados a atender à população que está sendo excluída do mercado de trabalho, sempre associados à educação básica, sem prejuízo de que sua oferta seja conjugada com ações para elevação da escolaridade;

11.4) criar e ampliar cursos básicos de educação profissional associados aos diferentes níveis e modalidades de ensino, nas redes públicas de ensino federal, estadual e municipal, com prazo máximo de dois anos após a aprovação deste PME para início dos referidos cursos;

11.5) manter e ampliar cursos básicos profissionais, sempre que possível, com a oferta de programas que permitam aos alunos que não concluíram o ensino fundamental obter formação equivalente, nas redes municipal, estadual e federal de ensino, sugerindo-se que a iniciativa privada também o faça;

11.6) articular e ampliar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional de oferta de educação profissional permanente para a população em idade produtiva e que precisa se readaptar às novas exigências e perspectivas do mercado de trabalho;

11.7) avaliar permanentemente e adequar a infraestrutura das instituições que ofertam educação profissional, visando qualificar sua atuação, através do Conselho Municipal de Educação Profissional e Tecnológica (constituído);

11.8) valorizar, nos processos seletivos de professores dos cursos de educação tecnológica, a qualificação docente para a área específica em que atuará;

11.9) oferecer formação continuada específica, voltada aos professores que atuam em escolas de educação profissional, em até dois anos após a aprovação deste PME;

11.10) incentivar as instituições de ensino superior a oferecerem cursos de formação que habilitem para atuação na educação profissional;

11.11) propor projetos para capacitação dos professores que atuam na educação profissional, através das redes privada, estadual e municipal de ensino, podendo construir parcerias com instituições de ensino superior para tal. A construção de projetos deverá ser realizada após a data de aprovação deste, para que os cursos possam ter início em no máximo dois anos;

11.12) estabelecer parcerias entre os sistemas federal, estadual e municipal e a iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de educação profissional, constituindo uma rede integrada, cooperativa e solidária;

11.13) fortalecer e ampliar as parcerias com órgãos e instituições para oferta de cursos técnicos que possam ser desenvolvidos na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade;

11.14) oferecer cursos profissionalizantes, técnicos e/ou de capacitação associados à educação básica, voltados à população rural, levando em consideração as peculiaridades e potencialidades da nossa região, no máximo em dois anos após a data de aprovação deste Plano;

11.15) criar e consolidar um fórum permanente para debater as necessidades e demandas do mercado de trabalho da região de Bagé, com participação de, no mínimo, 3 (três) instâncias: instituições que representem os empregados e empregadores, estudantes e instituições educacionais e representante do Conselho Municipal de Educação Profissional e Tecnológica (constituído), em no máximo 12 (doze) meses após a aprovação deste PME;

11.16) promover um estudo acerca da reestruturação curricular da educação profissional/nível médio, visando garantir aos alunos uma formação humanística através da inclusão e/ou permanência de componentes curriculares tais como: Música, Sociologia, Filosofia, Cidadania, Educação Ambiental, Ética, Educação Física e Arte;

11.17) oferecer aos alunos da educação profissional/nível subsequente a oferta de componentes curriculares optativos: Música, Sociologia, Filosofia, Cidadania, Educação Ambiental, Ética, Educação Física e Arte;

11.18) estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio/subsequente e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, a contextualização curricular e ao desenvolvimento do aluno;

11.19) expandir o atendimento do ensino médio gratuito e integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.20) expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio/subsequente para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.21) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos nas redes de educação profissional, científica e tecnológica que integram o Município de Bagé;

11.22) VETADA

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público:

Estratégias:

12.1) otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.2) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor(a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.3) desenvolver ações de formação continuada dos professores, de estudos permanentes e de desenvolvimento de ações cujo foco principal são as relações professor-aluno, o processo didático-pedagógico de ensino-aprendizagem, as práticas educativas e o processo de avaliação, bem como atendimento aos discentes, auxiliando-os na sua permanência e êxito nos estudos. Proposição de novos cursos noturnos ou realocação de cursos existentes para o turno noturno;

12.4) fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas elaborando e executando projetos e programas de extensão com foco na graduação e formação continuada dos docentes do ensino básico das redes de ensino, criando novos cursos, levando

em conta a demanda de profissionais específicos para atender às redes de ensino do Município de Bagé;

12.5) VETADA

12.6) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, inserindo nos Projetos Institucionais das Instituições de Ensino Superior e prever no Projeto Pedagógico dos Cursos créditos pela participação em programas e projetos de extensão;

12.7) ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior, ampliando a parceria das Instituições de Ensino Superior com entidades públicas e privadas do Município, conforme preconiza a legislação vigente;

12.8) ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei, destinando 40% das vagas, especificamente, para estudantes advindos das políticas de ações afirmativas, nas instituições de ensino superior da rede pública e ampliação nas instituições particulares e comunitárias, em parceria com o governo federal;

12.9) assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação, realizando trabalho articulado entre os setores das Instituições de Ensino, para adoção de melhorias físicas e estruturais nos prédios, conforme estabelecidos na legislação, adquirindo constantemente materiais e instrumentos que auxiliem o aprendizado dos alunos com deficiência, nas atividades acadêmicas, bem como oferta de formação constante aos professores e técnicos das instituições;

12.10) consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior, participando de editais do governo federal e convênios que promovam a mobilidade estudantil;

12.11) expandir atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações, implantando, progressivamente, através de parcerias, programas específicos que visem atender às populações do campo, indígenas e quilombolas, respeitando as peculiaridades de cada grupo, a fim de promover o acesso e permanência ao programa;

12.12) mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica, realizando levantamentos junto às gestões das redes de ensino, para mapear as áreas em que há carência de profissionais, visando à criação de novos cursos, levando em conta a demanda de profissionais específicos para atender às redes de ensino do Município de Bagé;

12.13) institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência, implantando acervo digital para atendê-las, através de programa específico, conforme a necessidade do aluno, de forma que o mesmo tenha acesso ao material bibliográfico do seu curso;

12.14) aderir a processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados, incluindo gradativamente a nota do Exame Nacional do Ensino Médio como forma de ingresso ao Ensino Superior;

12.15) estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública, definindo, através das Instituições de Ensino Superior, em instrumentos específicos (editais, instruções normativas, etc.), critérios para a ocupação de vagas ociosas, através de reopção, reingresso, transferência e outros;

12.16) fortalecer as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação, planejando e executando investimentos que visem à implantação e melhoria das redes físicas de laboratórios e equipamentos tecnológicos, tendo em vista a excelência na formação

profissional.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores:

Estratégias:

13.1) estimular a participação dos estudantes, com vista à ampliação do quantitativo, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE;

13.2) induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente, estruturando as comissões internas de avaliação, tais como a Comissão Própria de Avaliação e Núcleos Docentes Estruturantes;

13.3) promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência, reformulando os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura, à luz das novas demandas e necessidades apontadas pelas redes de educação básica e das avaliações internas e externas dos referidos cursos;

13.4) elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-

graduação *stricto sensu*;

13.5) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

13.6) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em cinco anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;

13.7) promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais técnico-administrativos da educação superior, fortalecendo os planos de carreira e cumprimento das normas estabelecidas no que se refere à formação inicial e continuada.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*:

Estratégias:

14.1) expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;

14.2) VETADA

14.3) ampliar a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;

14.4) manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

14.5) VETADA

14.6) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;

14.7) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;

14.8) ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica;

14.9) ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes;

14.10) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico de Bagé, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs;

14.11) estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região amazônica e do cerrado, em especial o bioma pampa e seus valores patrimoniais, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região;

14.12) estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e dos ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

Meta 15: aderir à política nacional de formação dos profissionais da educação, buscando

assegurar que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam:

Estratégias:

15.1) atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

15.2) ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.3) consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

15.4) implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

15.5) promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do(a) aluno(a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 do PNE;

15.6) garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares;

15.7) valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e

superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

15.8) implementar e facilitar o acesso a cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

15.9) fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.10) implantar, no prazo de três anos de vigência desta Lei, política municipal de formação continuada para os(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;

15.11) aderir a programa nacional de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;

15.12) promover formação continuada dentro da rede pública e privada com parceria das universidades e instituições privadas de línguas;

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino:

Estratégias:

16.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos

entes federados;

16.2) articular ações em consonância com política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

16.3) expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em LIBRAS e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.4) ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.5) implementar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica nos níveis de especialização, mestrado e doutorado em parceria com as redes e instituições de ensino;

16.6) criar e implementar a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da adesão a programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público, no prazo de dois anos.

Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME:

Estratégias:

17.1) constituir, em conjunto com Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente, com representação dos trabalhadores da educação,

para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2) constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

17.3) implementar, no âmbito de sua esfera administrativa, plano de Carreira para os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.4) buscar a assistência financeira específica da União para implementação de políticas de valorização dos(as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

Meta 18: assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal:

Estratégias:

18.1) estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não-docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

18.2) implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos

profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do(a) professor(a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.3) avaliar prova nacional realizada pelo Ministério da Educação para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para possível adesão, a ser utilizada na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;

18.4) prever, nos planos de carreira dos profissionais da educação dos respectivos entes federados, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*;

18.5) realizar, a cada dois anos, a partir do segundo ano de vigência deste PME, em conjunto com o Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos(as) profissionais da educação básica, inclusive de outros segmentos que não os do magistério, disponibilizando os dados para acesso da comunidade;

18.6) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.7) estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em todas as instâncias da Federação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação, atualização e implementação dos planos de Carreira.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto:

19.1) garantir que o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, considere, para a nomeação e/ou eleição dos diretores e diretoras de escola, a participação da comunidade escolar (conforme especificidades de cada rede);

19.2) implantar no Município uma legislação que, além do mecanismo financeiro, possibilite a gestão democrática em todas as dimensões;

19.3) ampliar os programas de apoio e formação aos(às) conselheiros(as) do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, do Conselho de Alimentação Escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos(às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.4) proporcionar formação e garantir dotação orçamentária aos conselhos na área de educação;

19.5) instituir um fórum permanente de educação com o intuito de coordenar a Conferência Municipal, bem como efetuar o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação, no prazo mínimo de seis meses após a aprovação deste;

19.6) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.7) assegurar o fortalecimento dos grêmios estudantis e associações de pais, disponibilizando espaços físicos e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.8) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.9) incentivar e fomentar a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.10) VETADA

19.11) desenvolver programas de formação obrigatórios para equipes gestoras das escolas, através das mantenedoras.

Meta 20: ampliar e qualificar o investimento público em educação pública de forma a atingir o previsto na legislação nacional vigente:

Estratégias:

20.1) destinar no mínimo 0,1% do orçamento (do recurso livre) da SMED para manutenção do CME, CAE e CACS-FUNDEB;

20.2) Vincular, no mínimo, 3% (três por cento) do orçamento (do recurso livre) da SMED para a aquisição de recursos didático-pedagógicos para a educação infantil (enquanto não recebe recursos da Administração Compartilhada), EJA, educação especial/inclusiva da rede municipal de ensino;

20.3) destinar, anualmente, quando necessário, orçamento da SMED para ampliação e construção das unidades escolares municipais destinadas à educação infantil como forma de

garantir a sua universalização;

20.4) manter e ampliar, à medida do crescimento da população educacional egressa do ensino fundamental, a oferta de ensino médio;

20.5) garantir o aporte de recursos (através do recurso Salário-Educação) da SMED na ordem de, no mínimo, 2% (dois por cento) para manutenção e conservação da infraestrutura das escolas municipais;

20.6) contemplar as escolas municipais de educação infantil com os benefícios da autonomia financeira de recursos, a exemplo do que prevê a Lei Municipal nº 4.085/2003 para escolas de ensino fundamental (recursos municipais: no mínimo 0,3% do Salário-Educação);

20.7) manter relações harmônicas entre os entes da Federação para o desenvolvimento da educação com permanência dos serviços suplementares, como transporte, merenda escolar, autonomia administrativa, atendimento qualificado (manutenção do regime de colaboração – permutas de profissionais entre as redes);

20.8) garantir recursos oriundos do MDE para assegurar o que prevê a estratégia 7.15, de acordo com o regime de colaboração com entes federados;

20.9) qualificar periodicamente os docentes e apoiar tecnicamente a escola de educação profissional destinando o equivalente a, no mínimo, 0,1% no orçamento do recurso livre da SMED para este fim;

20.10) manter e ampliar a implantação da informatização da SMED e das unidades escolares municipais, e em colaboração com a União;

20.11) manter e ampliar cargos técnicos administrativos para atuar especificamente nos órgãos educacionais dos sistemas;

20.12) aperfeiçoar o processo de formação continuada da equipe gestora de escolas municipais (diretores, vice-diretores, supervisores e orientadores educacionais), garantindo, para tanto, no mínimo, 0,01% dos recursos (Salário-Educação) orçamentários da SMED;

20.13) apoiar a implantação das estratégias 20.7 e 20.8 do Plano Nacional de Educação, que prevê o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno Qualidade (CAQ);

20.14) manter anualmente, no mínimo, 0,1% do recurso do MDE para capacitação e formação de professores municipais;

20.15) destinar, no mínimo, 0,01% do recurso do MDE para atender às demandas da educação especial/inclusiva, quanto à capacitação de professores e demais profissionais da educação, adequação do transporte escolar, aquisição de material e equipamento didático específico e outras necessidades afins;

20.16) destinar, no mínimo, 0,2% do recurso do MDE visando a atender à demanda de infraestrutura material permanente para as escolas municipais;

20.17) estabelecer critérios, em parceria com os conselhos ligados à educação e o Fórum Permanente de Educação, no sentido de qualificar o investimento público em educação pública;

20.18) criar legislação municipal específica prevendo a utilização de recursos oriundos dos *royalties* do petróleo na educação;

20.19) constituir um conselho deliberativo das despesas e investimentos públicos em educação para, conjuntamente com o(a) Secretário(a) de Educação, garantir o ordenamento das despesas e suas respectivas rubricas, assegurando a autonomia financeira desta pasta, conforme legislação vigente.